

## **GD 07 - ANTROPOLOGIA NA SALA DE AULA DA EDUCAÇÃO BÁSICA: CONTEÚDOS, METODOLOGIAS E RECURSOS DIDÁTICOS<sup>17</sup>**

---

**COORDENAÇÃO:**

**Gekbede Dantas Targino**  
Doutora em Sociologia pela UFPB

**Marcelo Araújo**  
Doutor em Antropologia pela UFF

### **Apresentação**

Embora tenham sido criados fóruns para discutir o papel da antropologia na educação básica, a exemplo da exitosa participação deste grupo no último Congresso da ABECS (2020) e da aprovação do primeiro Grupo de Trabalho dedicado ao tema na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, a ampliação e consolidação deste debate requer o constante diálogo com e entre profissionais que passaram a atuar nestes fóruns ou que se viram atraídos por este debate. Neste sentido, e com o intuito de seguir promovendo espaços de trocas e experiências, este Grupo de Discussão convida docentes e pesquisadore(a)s que adotam o métier antropológico em sua prática docente junto à educação básica a apresentarem propostas de comunicação preocupadas com a presença da antropologia na história do ensino na educação básica; no currículo e nos espaços escolares; nos livros didáticos; a Educação Técnica e Profissional; na aprendizagem por meio da etnografia; na formação de professore(a)s para a educação básica; nas práticas de pesquisa e de extensão e nos materiais, métodos e estratégias de transposição didática. Inspirados pela criação do grupo de pesquisas Antropologia na Educação Básica e pelo lançamento da obra homônima, entre outras realizações, o GD receberá trabalhos de educadore(a)s que atuam na educação básica, em institutos federais e demais escolas, públicas ou privadas, ou de ensino superior, que transitem na temática em questão e pretendam contribuir para um espaço permanente de reflexões sobre as perspectivas destes temas na educação escolar.

---

<sup>17</sup> A seleção dos textos deste GD contou inicialmente com a colaboração de Breno Rodrigo de Alencar, doutor em Sociologia e Antropologia pela UFPA.

## **ATELIÊ DE CIÊNCIAS SOCIAIS E ENSINO: Antropologia, experimentação e formação docente**

---

**Graziele Ramos Schweig**  
Universidade Federal de Minas Gerais

**Maria Tereza Couto Gontijo**  
Universidade Federal de Minas Gerais

A presente comunicação busca compartilhar o andamento do projeto de pesquisa “A dimensão experimental da etnografia e seus efeitos educacionais”, vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. A pesquisa tem como universo empírico as ações desenvolvidas no âmbito do Programa de Extensão “Ateliê de Ciências Sociais e Ensino”, o qual tem se configurado como um espaço de práticas e experimentações por parte de licenciandos e professores da educação básica. O “Ateliê de Ciências Sociais e Ensino” surgiu em 2019, enquanto desdobramento de um projeto de pesquisa etnográfica sobre práticas da docência de Ciências Sociais em escolas públicas de Belo Horizonte.

Tal projeto reuniu uma equipe de dez estudantes de licenciatura como pesquisadores em um trabalho de campo coletivo que envolveu nove instituições escolares. No desenrolar dessa investigação, vivenciamos a transgressão de fronteiras entre conhecer e intervir, a partir do modo como a prática educativa foi interpelando a prática da observação participante, na medida em que todos os integrantes da equipe se tornaram também professores, ao longo da execução do projeto. Com isso, novas preocupações passaram a animar as questões experienciadas em campo, conectando-se a demandas da formação docente e originando o desejo por um pesquisar que não apenas descreve e documenta aquilo que existe, mas que cultiva outras maneiras de viver e imaginar possíveis.

Desse modo, o caráter especulativo ou imaginativo que a Antropologia pode ter, tal como aventado por Tim Ingold (2019), passou a dar sentido às nossas preocupações pedagógicas e a fundamentar a proposição de ações extensionistas como grupos de estudos e práticas, além da elaboração e execução de oficinas. Em tais atividades, a experimentação com elementos do método etnográfico e da teoria antropológica tornou-se o fio condutor, dando origem a um novo projeto de pesquisa, formalizado em 2021, o qual se debruça sobre esses processos a partir da pergunta

central: de que modos a exploração colaborativa e experimental com o método etnográfico pode produzir efeitos na formação e na prática de educadores?

Dessa forma, por meio do planejamento e do acompanhamento dessas ações, temos buscado investigar que outras composições são possíveis entre antropologia e intervenção pedagógica, abrindo caminhos para problematizar algumas dicotomias que perpassam as relações entre Antropologia e educação, por meio das quais tradicionalmente se delimita o lugar da Antropologia como ciência básica e o lugar da educação como domínio da prática ou da aplicação de conhecimentos. Para tanto, temos lançado mão de discussões acerca da materialidade e do caráter agenciador dos métodos e técnicas de pesquisa (LAW; RUPPERT, 2013), que permitem compreender a etnografia enquanto um dispositivo não apenas descritor da realidade, mas também organizador e criador de relações.

Assim, assume-se que fazer pesquisa é já intervir na realidade e produzir mundos. Além da discussão sobre o método, a pesquisa busca se aproximar de debates contemporâneos da Antropologia a respeito das diferentes grafias ou antropografias (INGOLD, 2015) envolvidas na produção do conhecimento antropológico, atentando à sua dimensão formativa e pedagógica.

Nesse sentido, de modo a delinear seu caminho metodológico, a pesquisa incorpora exercícios com o uso do desenho, do jogo, da performance, da narrativa de ficção, da produção de artefatos em colaboração, entre outros.

### **Referências Bibliográficas**

- INGOLD, Tim. **Antropologia: para que serve?** Petrópolis: Editora Vozes, 2019.
- INGOLD, Tim. **Estar Vivo. Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição.** Petrópolis: Vozes, 2015.
- LAW, John; RUPPERT, Evelyn. The social life of methods: devices. **Journal of Cultural Economy.** vol. 6, n, 3, p. 229-240. 2013.

## **EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS DE ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA, NOS IFs, EM PERSPECTIVA**

**Fernanda Deborah Barbosa Lima**  
Instituto Federal do Rio de Janeiro

**Lívia Tavares Mendes Froes**  
Instituto Federal Baiano

Apresentamos, nesta proposta de comunicação oral, algumas reflexões elaboradas a partir da atuação docente de duas professoras, com formação em Antropologia, que ministram o componente de Sociologia em cursos técnicos profissionalizantes integrados ao ensino médio, e à Sociologia do trabalho, em cursos técnicos subsequentes, de dois Institutos Federais: o IFRJ (Instituto Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro) e o IF Baiano (Instituto Federal Baiano, Senhor do Bonfim).

Cientes de que nossas práticas docentes são implementadas em contextos, relações sociais e regionais distintas, na qual um *campus* localiza-se em uma realidade altamente urbanizada do estado do Rio de Janeiro e outro no interior do semiárido baiano, consideramos profícuo o esforço de uma reflexão conjunta, em especial devido à troca de experiências constante entre as autoras e a mesma formação em Antropologia.

A partir das nossas experiências pedagógicas discutiremos como a perspectiva antropológica pode contribuir de modo particular para uma autopercepção de estudantes como agentes produtores de conhecimento no processo educativo.

É importante registrar que essa atuação docente, orientada por uma abordagem antropológica, alia-se a outras perspectivas pedagógicas, como a feminista e de libertação. Concepções que preconizam a equidade de gênero e a horizontalidade nas relações de ensino-aprendizagem, bem como uma abordagem relacional dos conteúdos, ou seja, ancorando conceitos às questões, temáticas e experiências sociais de discentes, como será descrito adiante<sup>18</sup>.

Atualmente, o ensino de Sociologia, em nível médio, envolve a abordagem de três áreas das ciências sociais: Antropologia, Ciência Política e Sociologia.

---

<sup>18</sup> Devido à quantidade limitada de palavras, optamos por não aprofundar, neste texto, tal discussão.

Uma das maneiras de perceber e visualizar quais abordagens teórico-metodológicas, conceitos, categorias e temas são priorizados no ensino de Sociologia é mediante os conteúdos disponibilizados pelos livros didáticos de Sociologia, incluídos no PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) em especial aqueles produzidos e alinhados ao contexto do “Novo Ensino Médio”<sup>19</sup>. No trabalho apresentado por Lopes (2022), a autora indica, por exemplo, a existência de uma definição prévia sobre o que e como utilizar conteúdos e temas em sala de aula, que priorizam certas abordagens e dimensões da realidade social e suas relações.

Oliveira (2013) demonstra que o espaço que a Antropologia possui no ensino médio, ocorre, especialmente, mediante à discussão de cultura. No artigo, o autor dedica-se a analisar como o conceito aparece nos livros didáticos incluídos no PNLD, daquele momento, e registra sua crítica ao afirmar que a Antropologia não deve ser reduzida a esse conceito, uma vez que essa ciência ultrapassa tal categoria.

Considerando nossa experiência docente, temos observado como, de modo geral, as ementas e os livros didáticos preconizam que temas como, trabalho e a relação indivíduo-sociedade sejam explanados a partir dos chamados “autores clássicos” da Sociologia e seus conceitos e categorias, consideradas principais. O foco nessa abordagem conceitual, que demanda um exercício de abstração sofisticado, muitas vezes pode afastar e promover desinteresse em relação à disciplina no processo de ensino e aprendizagem.

Consideramos relevante, também, destacar a especificidade do ensino de Sociologia na educação básica da rede federal, vinculada à educação profissional e tecnológica. Essa observação é essencial, uma vez que sua formação está direcionada ao mundo do trabalho em sua dimensão “omnilateral”. De acordo com os autores Santos e Pinto (2019, p. 155), a atenção para essa dimensão significa reconhecer a formação profissionalizante, “em termos pragmáticos da sua qualificação”, mas

---

<sup>19</sup> O Novo Ensino Médio é uma proposta de alteração nas divisões disciplinares e nos conteúdos que compõem o currículo do ensino médio, que estão sendo adotadas massivamente e de modo compulsório pelas escolas das redes estaduais de ensino. Tais mudanças curriculares devem influenciar a produção de novos livros didáticos e, portanto, a seleção de conteúdos e temáticas abordados neste nível de ensino. Contudo, em geral, os IFs ainda não incorporaram tais mudanças por serem instituições reguladas por uma legislação específica para a modalidade de ensino técnico e profissionalizante. Essa especificidade tem possibilitado uma resistência político-pedagógica para tal proposta.

também uma formação que oportunize aos estudantes vivenciar debates de valores considerados fundamentais na constituição da cidadania e da democracia.

Diante do exposto, questionamos: afinal, como nossa formação em Antropologia pode influenciar nossas estratégias de transposição didática para além dos temas considerados “de domínio antropológico”, como, o já citado conceito de cultura?

Nossos esforços pedagógicos têm sido direcionados para tornar tangível e instigante, aos jovens, diferentes conceitos, categorias e temáticas partindo das vivências de estudantes no espaço escolar, em especial, aquelas possibilitadas pelos Institutos Federais – Ifs.

A proposição de atividades investigativas e de expressão criativa, a partir de um viés antropológico, levando em consideração os contextos particulares e as histórias de vida de discentes e seus familiares têm se mostrado um caminho válido, além de possibilitar aos estudantes reflexões e articulações próprias entre as teorias sociais e suas vivências. Aliado a essas contribuições do campo antropológico consideramos pertinente destacar um pressuposto básico freiriano, de que “[...] ensinar **não é transferir conhecimento**, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 95).

Assim, por meio de atividades como “Mapeando suas Relações Sociais”, “Árvore Familiar do Trabalho”, “Diagnóstico das Pesquisas do Campus”, “Pesquisa sobre Juventude”, “Observação de Objetos e Hábitos de Consumo”, “Somos da Caatinga”, buscamos viabilizar a compreensão de conceitos como sistemas de produção de conhecimento, processos de socialização, trabalho, desigualdades sociais, relações de poder, entre outros. Nas atividades citadas, estudantes são instigados a observarem a própria realidade com atenção, estranhando-a; levantar questionamentos sobre as relações cotidianas, entrevistar, sistematizar e analisar diferentes relações e vivências em que eles, ou seus familiares, ou a comunidade escolar são sujeitos de pesquisa e produtores de conhecimento.

Considerando a centralidade da formação “omnilateral” para o mundo do trabalho, conforme foi comentado anteriormente, selecionamos e comentamos alguns aspectos de duas atividades relacionadas a esse tema.

Na atividade “Árvore familiar do trabalho”<sup>20</sup>, todas as pessoas envolvidas, discentes, docentes e familiares, são estimuladas a refletir sobre as diferentes dimensões e os sentidos acionados pela experiência laboral. Discentes são divididos em grupos de até quatro pessoas para desenvolver a proposta de produzir a árvore familiar do trabalho de uma das pessoas do grupo.

De início, o grupo é orientado a formular um questionário semiestruturado que pergunte sobre a formação, os sonhos profissionais na infância e os trabalhos efetivamente realizados por duas gerações anteriores a sua. Em seguida, o questionário é aplicado de modo presencial ou remoto (em alguns casos, os discentes utilizaram WhatsApp ou ligação telefônica) para um ou mais familiares que possam informar sobre os percursos formativos, os sonhos e os trabalhos de fato dos demais parentes. Depois, os dados levantados nas entrevistas são transpostos de modo resumido para o formato de uma imagem de árvore genealógica.

E, por fim, os grupos compartilham o processo e os resultados da atividade com o restante da turma por meio de uma apresentação oral. No processo avaliativo, quatro produtos/etapas são considerados: o questionário, o registro das entrevistas, a imagem da árvore familiar do trabalho e a apresentação final.

Através do contato com essas histórias de vida, o conceito de trabalho transborda a noção atrelada à realidade prática de subsistência para se perceber como um emaranhado de dimensões e atravessamentos pelas desigualdades sociais estruturais e, também, pelo campo do simbólico e dos afetos. Parece saltar à vista das pessoas envolvidas tanto as diferenças de oportunidades no acesso à educação formal, as descontinuidades entre os sonhos de infância e as trajetórias profissionais possíveis dadas pelos contextos socioeconômicos quanto às perspectivas ideológicas hegemônicas meritocráticas e individualistas, e algumas experiências intergeracionais de mobilidade social.

Outro exemplo de atividade elaborada com viés antropológico, e direcionada à discussão do tema trabalho é a “Observação de Objetos e hábitos de consumo”<sup>21</sup>. Trata-se de uma sequência de questões provocadoras a respeito

---

<sup>20</sup>Essa atividade foi elaborada e desenvolvida no IFRJ, Campus Niterói, pela professora Fernanda Lima.

<sup>21</sup>Essa atividade foi elaborada e desenvolvida no IFBaiano, Campus Senhor do Bonfim, pela professora Livia Froes.

de objetos e alimentos consumidos no cotidiano dos estudantes. Essa atividade, escrita e oral, é proposta após algumas aulas sobre transformações nos modos de produção e nas relações de trabalho, decorrentes das Revoluções Industriais ocorridas no mundo ocidental, a fim de aproximar tal discussão teórica da realidade vivenciada por eles.

Das 9 perguntas direcionadas, algumas demandam: a listagem de objetos e alimentos consumidos desde o momento que despertaram até o momento da aplicação da atividade; a indicação se são industrializados ou artesanais; a explicação sobre quais itens consideram imprescindíveis em sua rotina, quais não são; a indicação das matérias-primas provavelmente utilizadas, bem como os instrumentos de produção; a suposição de profissionais e setores produtivos envolvidos na produção de um dos itens mencionados etc.

Mediante essas questões, os estudantes são incentivados a perceber e refletir sobre suas motivações e necessidades de consumo. A mediação da docente levantou discussões em torno das influências culturais e midiáticas, das condições materiais e também dos interesses e das relações de poder existentes na indústria de alimentos e de itens industrializados, na constituição das nossas preferências e gostos.

Concordamos com Oliveira (2013, p. 19) quando ele afirma que levar o debate da Antropologia para o ensino médio, demanda de nós, antropólogos, um empenho teórico e didático, a fim de estimular o alargamento dos horizontes de nossos estudantes para que eles possam notar que o mundo “vai para além de uma visão naturalizadora da realidade”.

Cabe, assim, mencionar, ainda, a importância das vivências em núcleos estruturantes dos IFs de vocação interdisciplinar, como núcleos de estudos de promoção à diversidade e à inclusão, como os NEABI, NUGEDS, Genis, NAPNE<sup>22</sup>, e as interlocuções com a comunidade externa e os movimentos sociais através de projetos e ações extensionistas. Nesse sentido, tais conexões e práticas político-

---

<sup>22</sup> NEABI: Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena; NUGEDS: Núcleo de Gênero e Diversidades; Geni: Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade (IFBaiano); NAPNE: Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas.



pedagógicas se coadunam a uma militância em âmbito institucional pela defesa do tripé ensino-pesquisa-extensão.

Dessa forma, refletir sobre as práticas pedagógicas, ora apresentadas, pode ampliar as possibilidades de abordagem do componente Sociologia, estimulando outras formas potentes, não usuais, e quiçá inovadoras de desenvolver as contribuições específicas da Antropologia no nível médio de ensino.

Ainda que existam significativas ambiguidades, antagonismos, contradições e perspectivas em disputa quando se trata das relações entre o projeto de criação dos IFs e suas práticas educacionais, o exercício profissional docente no “ensino médio integrado” dos institutos promove trocas e parcerias profícuas entre os mais variados profissionais da educação. Os encontros e as conexões que nos atravessam dentro do espaço escolar influenciam a reelaboração do nosso fazer pedagógico.

### **Referências Bibliográficas**

DESTERRO, Fábio Braga do. **Sobre livros didáticos de Sociologia para o Ensino Médio**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 270 fl. 2016.

FONTES, Bárbara de Souza. A Antropologia na Educação Básica: uma análise de três livros didáticos. **Revista Perspectiva Sociológica**, n. 17, 1º sem. 2016.

FONTES, Bárbara de Souza. **Entre o “chão da escola” e a universidade: a Antropologia nos manuais didáticos de Sociologia**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LOPES, Eliana Barreto de Menezes. **Discutindo o conceito antropológico de cultura na sala de aula no ensino médio: um relato de experiência**. Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 30 de setembro de 2022. Evento online. Disponível em: <https://www.33rba.abant.org.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZnJoiYToxOntzOjEyOiJjRF9BVElWSURBREUiO3M6MzoiMTIyIjt9IjtzOjE6Imgi>

[O3M6MzI6IjI3OTg5YjIzNzM1ZjMxZjZjZmU5OTU1ZDZhMjAxYmU0Ijt9&ID\\_ATIVIDADE=122](#). Acesso: 01 de outubro de 2022.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

HOOKS, bell. **Ensinando pensamento crítico: Sabedoria prática**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

OLIVEIRA, Amurabi. A Antropologia no Ensino Médio: Uma análise a partir dos livros didáticos. **Caderno de Estudos Sociais**, v. 28, n. 2, julho/dez., 2003.

OLIVEIRA, Amurabi. Um Balanço da Discussão sobre Ensino na Associação Brasileira de Antropologia. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS)**, v. 1, p. 80-91, 2017.

OLIVEIRA, Rúbia Machado e SILVA, Juliana Franchi. A presença da Antropologia no Ensino Básico. *In: 29ª Reunião Brasileira de Antropologia*, 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN. Disponível em: [https://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401715997\\_ARQUIVO\\_TRABALHORBA2014rubiaejuliana.pdf](https://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401715997_ARQUIVO_TRABALHORBA2014rubiaejuliana.pdf). Acesso: 29 de setembro de 2022.

SANTOS, Elisângela da Silva e PINTO, Gustavo Louis Henrique. Apontamentos sobre a sociologia no ensino médio técnico integrado e o pensamento social brasileiro. *In: NEUHOLD, Roberta dos Reis e POZZER, Márcio R. O. (org.). O ensino de sociologia e os dez anos dos Institutos Federais (2008-2018)*. Maceió - AL: Café com Sociologia, 2019.

## **REGIMES POLÍTICOS E “SEDE DE JUSTIÇA”: experiência de ensino de Ciência Política para jovens do ensino médio**

---

**Lucas Tibo Saraiva**

Instituto Federal Baiano – Ilhéus

O eixo de discussão sobre política configura-se como indispensável para a formação crítica dos estudantes que estejam cursando o ensino médio, afinal de contas, é a partir dessa fase da vida que eles começarão a participar mais ativamente como cidadãos no contexto de um estado democrático de direito, incorporando as regras do jogo democrático (BOBBIO, 1986, p. 12). Dessa forma, o eixo “política” é componente previsto na matriz de referência do Exame Nacional do Ensino Médio na área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, com destaque, dentre outras, para a competência de área cinco<sup>23</sup>.

Muitos desafios, entretanto, se colocam. O principal deles é: como trabalhar o eixo “política” com jovens de ensino médio? Tal pergunta pode ser desdobrada em outras duas: 1) Como estruturar aulas que sejam atrativas, captando o interesse e a motivação dos estudantes?; 2) Como estabelecer debates e reflexões frutíferos em um ano de eleições, com predominância de uma polarização política intensa e até mesmo odiosa?

Nesse contexto, este trabalho pretende socializar experiências de ensino do eixo “política” a partir de uma dinâmica em grupo, produzida no âmbito do Instituto Federal da Bahia – Campus Ilhéus, para atendimento dos cursos técnicos integrados em Edificações e Segurança do Trabalho, especificamente nas turmas de terceiro ano, durante a primeira unidade da disciplina de Sociologia. Pretende-se enfatizar como a referida dinâmica repercutiu entre os estudantes e como podemos interpretá-la para melhor compreender a relação que estes mesmos estudantes estabelecem com regimes políticos, em especial com a democracia.

A dinâmica, intitulada “A fundação do meu país”, buscou introduzir assuntos que seriam posteriormente discutidos, relacionados, principalmente, aos conceitos

---

<sup>23</sup>“Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade”. Disponível em: [matriz\\_referencia.pdf \(inep.gov.br\)](#)

de democracia e cidadania. A orientação básica passada para os estudantes foi de que, em grupos de, aproximadamente, cinco ou seis integrantes, elaborassem o que seria uma nova “constituição”, que regularia as relações sociais em um novo país, que estaria sendo recém-fundado por eles próprios.

Para redigir a constituição, os grupos deveriam comentar sobre alguns pontos básicos:

1. **Divisão do poder:** *o poder seria centralizado ou descentralizado?*
2. **Participação política:** *quem poderia participar e como se daria essa participação?*
3. **Direitos fundamentais:** *quais seriam os direitos fundamentais dos cidadãos previstos nessa nova constituição?*
4. **Acesso à propriedade (meios de produção):** *qual seria a natureza da propriedade (privada, pública)? Quem teria direito a sua posse?*
5. **Tema livre:** *aqui cada grupo poderia escrever um tema fundamental, que deveria estar presente na nova Constituição.*

A escolha de cada um dos pontos listados acima buscou referenciar alguns debates clássicos sobre regimes políticos, tanto a partir da Filosofia Política, como a partir da Ciência Política propriamente dita (BOBBIO, 1986; DAHL, 2001, 2005).

Foi perceptível como a dinâmica em tela “alvorçou” positivamente os estudantes, tendo em vista a empolgação e o entusiasmo que contaminou boa parte deles. Em alguns grupos, houve discussão acalorada sobre quais pontos deveriam ou não se fazer presentes na nova Constituição. Depois de debaterem por, aproximadamente, uma hora, cada grupo expôs a Constituição do seu respectivo país, explanando o nome do país e especificando os cinco pontos previamente repassados.

Após a escuta atenta de todos os modelos de constituições criados, estruturaram-se algumas reflexões sugestivas: 1) como se deu a participação dos membros do grupo? Todos tiveram condições de opinar?; 2) o novo país recém-fundado pode ser considerado uma democracia?

Do total de 13 constituições, constatou-se a seguinte divisão: três monarquias absolutistas; três monarquias constitucionais; uma ditadura; seis democracias. Embora quase metade dos países se intitulassem como democracias (o que revela

ser considerável a incorporação de valores vinculados à igualdade perante a lei para a participação política) os resultados obtidos da experiência denotaram, em grande medida, um desapeço por este tipo de regime, haja vista que praticamente a outra metade das constituições criadas eram de caráter monárquico, com a presença de um regime político abertamente ditatorial.

Além disso, pôde-se notar como boa parte dos jovens tem uma forte “ânsia por justiça”, já que os assuntos que mais apareceram no “tema livre” (inclusive nas ditas democracias) se relacionaram às formas de punição severa a crimes considerados hediondos (como estupro, pedofilia, homicídios, dentre outros) com previsão de penas de morte, prisões perpétuas e até o uso de castrações químicas para os condenados.

A partir do breve exposto, notou-se como os estudantes se mobilizaram para participar da dinâmica, o que indica um potencial de participação desse grupo social (DAYRELL, 2003). Por outro lado, a quantidade de regimes políticos não democráticos sinaliza a importância de criar meios de sensibilização para que as ilusões autoritárias não ganhem força no imaginário social das novas juventudes (INSTITUTO LUMINATE, 2022).

### **Referências Bibliográficas**

- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Trad. de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Pensamento crítico, 63).
- DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Trad. Beatriz Sidou. Brasília: UNB, 2001.
- DAHL, Robert A. **Poliarquia**: participação e oposição. Trad. Celso Mauro Parciornik. São Paulo: USP, 2005.
- DAYRELL, J. O Jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 40-52, 2003
- INSTITUTO LUMINATE. **Juventudes e democracia na América Latina**. Jan. 2022. Disponível em: [PT Youth Democracy Latin America.pdf \(luminategroup.com\)](#). Acesso em: 29/10/2022